

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.683.698 - RS (2017/0164528-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE** : EUCATUR-EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE  
TRANSPORTES E TURISMO LTDA  
**ADVOGADOS** : RAMIRO DE LIMA DIAS - PR012504  
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - PR017427  
RAFAELA VIALLE STROBEL DANTAS E OUTRO(S) -  
PR033244  
THIAGO FERRARI TURRA - PR058660  
SANDRA BERENICE FERRARI TURRA - PR050228  
**AGRAVADO** : CUIABANO COMERCIO DE PETROLEO LTDA  
**ADVOGADOS** : THOMPSON JOSÉ DE OLIVEIRA - MT011752  
RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA - MT011011  
**INTERES.** : FAZENDA NACIONAL

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PENHORA. DEFERIDA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO. RECURSOS PREJUDICADOS.

I - Na origem trata-se de agravo de instrumento contra decisão que manteve a penhora no rosto dos autos de execução fiscal. No Tribunal *a quo* deu-se provimento ao agravo de instrumento para determinar que seja levantada a penhora realizada no rosto dos autos. Nesta Corte, os recursos especiais foram julgados prejudicados diante da perda de objeto.

II - O acórdão objeto do recurso especial deu provimento ao agravo de instrumento, manejado contra decisão de primeira instância que indeferiu a penhora no rosto dos autos do processo n. 1021.76.1998.811.0041.

III - À fls. 1005-1007 o advogado do contribuinte informou que foi determinado o levantamento da penhora nos autos do processo acima referido, o que determinaria a perda de objeto do recurso.

IV - Instada a se pronunciar a Fazenda Nacional, à fl. 1013, reconhece a perda de objeto dos recursos especiais. Assim, devem ser considerados prejudicados os recursos interpostos. Nesse sentido: MC 14.791/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/11/2009, DJe 16/11/2009.

V - Portanto, correta a decisão que conheceu do agravo para julgar prejudicados ambos os recursos especiais.

VI - Agravo interno improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima

indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

